



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0018627-96.2006.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução**  
 Requerente: **Durval Sérgio Ferreira**  
 Requerido: **Celso Augusto Lopes e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

DURVAL SÉRGIO FERREIRA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Antonio Augusto Lopes, Maria Helena Lopes e Celso Augusto Lopes, também qualificados, com base em contrato de locação firmado com o terceiro réu e tendo os dois (02) primeiros como fiadores.

Penhorado o imóvel de propriedade dos executados Antonio Augusto Lopes, Maria Helena Lopes, estes opuseram impugnação alegando excesso de execução porquanto atendendo a decisão proferida nos embargos à execução opostos pelo locatário e co-executado Celso Augusto Lopes o valor da dívida já teria sido depositado, observado o valor de R\$ 4.367,46 que estaria de acordo com os documentos de fls. 26 e 27 destes autos de execução, impugnando portanto a liquidação no valor de R\$ 5.898,66 apresentada pelo credor às fls. 194 que estaria incluindo correção monetária referente ao período decorrido entre a interposição da apelação e seu julgamento, apontando ainda seja a penhora do imóvel excessiva diante do pequeno valor executado, o que estaria atentando contra o princípio de que a execução se faça pelo modo menos gravoso ao devedor, requerendo o acolhimento da impugnação para extinção da execução.

O credor não respondeu.

É o relatório.

Decido.

A sentença proferida nos autos de embargos à execução, datada de 17 de dezembro de 2008, foi publicada em 15 de janeiro de 2009 (*vide fls. 25 verso dos autos em apenso*) e transitou em julgado em 23 de janeiro de 2012 (*vide fls. 72 dos autos em apenso*).

O depósito no valor de R\$ 4.367,46 foi realizado pelos ora impugnantes em 04 de fevereiro de 2009 (*vide fls. 143 dos autos em apenso*), ou seja, vinte (20) dias após a publicação da sentença, de modo que têm razão os devedores/impugnantes quando apontam não possa o credor pretender, como fez na conta de liquidação de fls. 194 destes autos, atualizar valores até julho de 2014 sem considerar aquele depósito judicial na data em que realizado, para que somente em havendo saldo remanescente a partir de então ser


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

contada correção monetária e juros de mora.

Como se vê da conta de fls. 194, o credor/impugnado foi deduzir o valor do depósito somente em julho de 2014, tomando-o pelo seu valor original e sem qualquer atualização.

Porém, e a propósito dos documentos enviados pelo Banco do Brasil, referido depósito já rendeu juros e correção monetária suficientes a elevar seu valor para R\$ 7.341,05 na data da informação, em agosto de 2016 (*vide fls. 257*), o que, por si, já basta a indicar a incorreção do procedimento do credor/impugnado.

Assim, se por um lado não é possível a este Juízo, a partir da prova dos autos, acolher a presente impugnação para fins de extinção da execução pela quitação da dívida, por outro, não é possível rejeitá-la, atento a que a conta do credor realmente padeça de vício grave.

Vale lembrar, o ônus de apontar o valor exato do excesso de execução é do devedor, no caso, dos ora impugnantes, nos termos do que regulam os §3º do art. 917, do Código de Processo Civil, assim redigido: “§3º. *Quando alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à do título, o embargante declarará na petição inicial o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado do seu cálculo*”.

E não se diga cumprisse a este Juízo insistir na análise da conta pelo Contador Judicial, porquanto, com o máximo respeito, já desde a reforma processual regulada pela Lei Federal nº 8.898, de 20.06.1994, a providência de remessa do autos ao contador em processos de execução por quantia certa foi abolida da praxe forense.

Quanto mais deverá dizer-se quando, como no caso ora analisado, a questão discutida é de cunho eminentemente patrimonial, derivada de direito disponível entre partes maiores e capazes.

Veja-se mais, a partir da última reforma processual, levada a efeito pela Lei Federal nº 11.232, de 22.12.2005, o art. 604 do Código de Processo Civil acabou *revogado* por completo, de modo a que nos é forçoso concluir não apenas tenha o legislador processual optado por imputar às *próprias parte* o ônus de elaborar a liquidação por cálculo, como ainda realizar sua impugnação, sem qualquer auxílio do contador ou outro órgão ligado à função jurisdicional.

Assim, e sempre com o devido e máximo respeito ao entendimento da parte, tendo os devedores/impugnantes se omitido do atendimento ao dispositivo legal, cumpre acolhida apenas em parte a presente impugnação para determinar que o credor refaça a conta de liquidação, tomando os valores originais da dívida e acrescendo-os de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda de multa estatutária, até fevereiro de 2009, data do depósito realizado pelos devedores/impugnantes, quando do saldo em aberto deverá ser deduzido o valor do depósito de R\$ 4.367,46, prosseguindo-se, caso haja saldo devedor remanescente, com a aplicação da mesma correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar daquele mês de fevereiro de 2009 e até a data da liquidação.

O credor/impugnado sucumbe na maior parte do pedido, de modo que deverá arcar com o pagamento do equivalente a 80% (*oitenta por cento*) das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

atualizado, ficando os restantes 20% (*vinete por cento*) a cargo dos devedores/impugnantes.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente impugnação oposta por Antonio Augusto Lopes, Maria Helena Lopes contra DURVAL SÉRGIO FERREIRA, em consequência do que determino ao credor/impugnado refaça a conta de liquidação, tomando os valores originais da dívida e acrescentando-os de correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda de multa estatutária, até fevereiro de 2009, data em que deverá deduzir do saldo em aberto o valor de R\$ 4.367,46, prosseguindo-se, caso haja saldo devedor remanescente, com a aplicação da mesma correção monetária pelo índice do INPC e juros de mora de 1,0% ao mês, a contar daquele mês de fevereiro de 2009 e até a data da liquidação, facultado aos devedores/impugnantes apresentarem a própria conta de liquidação; e CONDENO o credor/impugnado ao pagamento do equivalente a 80% (*oitenta por cento*) das custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 15% do valor da dívida, atualizado, ficando os restantes 20% (*vinete por cento*) a cargo dos devedores/impugnantes, na forma e condições acima.

P. R. I.

São Carlos, 17 de maio de 2017.

**Vilson Palaro Júnior**

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI  
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**